



ATA N° 26, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DO SANEAMENTO BÁSICO.

Aos (12) doze dias do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte quatro (2024) através do aplicativo Google Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes **Conselheiros (natos)**: Presidente, Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB; Vice Presidente, Robson da Silva Siqueira/IFCE Maranguape; Lucia Mara Bezerra da Silva (Mara)/SEMA; Aquécio de Oliveira da Costa/SEINFRA. **Conselheiros (eleitos)**: José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Ecomuseu de Maranguape; Shirley Ferreira/AVATAH; José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU; Beatriz Ferreira Andrade/CEM. Tivemos ainda a participação dos técnicos do núcleo de Meio Ambiente da SEMURB: Italo Renan Ferreira Girão/Diretor desse Núcleo; José Carlos Castro da Silva/Analista da SEMURB. Foram ainda registradas as seguintes faltas justificadas: Conselheiros: José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Ecomuseu de Maranguape; Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE; Encerrada essa conferência de frequência, os trabalhos foram iniciados com a abertura da reunião pelo diretor Italo, que apresentou a pauta: **Proposta de Convocação da Conferência Municipal de Meio Ambiente**, que trata acerca da quinta edição nacional da Conferência de Meio Ambiente, em sua fase municipal, tendo como tema: Emergência Climática, o Desafio da Transformação Ecológica. Primeiramente, o diretor Italo menciona a importância da participação do município neste evento, destacando que a última conferência havia se dado a mais de 6 anos, e por conta disso, seria muito oportuno que houvesse engajamento por parte de Maranguape, considerando a atual dinâmica das condições climáticas e a necessidade de realização de debates acerca do tema. O diretor também reiterou a importância do evento como meio de subsídio à elaboração da atualização do Plano Diretor do município que já se encontrava em vias de conclusão, tendo completado importantes etapas para este processo. O diretor destaca porém, que devido ao processo eleitoral, determinados passos do PDP não poderiam ser executados de imediato, todavia terminado este período, seriam realizados oficinas regionais e debates sobre as propostas de modo mais proeminente, em especial no tocante ao tema de meio ambiente que vinha sendo profundamente considerado nas propostas do PDP. Após essa contextualização inicial, o diretor inicia a apresentação introduzindo o guia contendo o Passo a Passo para a Organização da Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente. Em seguida é apresentado as cinco temáticas sugeridas pelo Ministério de Meio Ambiente, sendo elas caracterizadas por: Mitigação, associado à redução da emissão dos gases de efeito estufa; Adaptação e preparação para desastres, que considera a prevenção aos riscos e redução de perdas e danos; Justiça Climática, que visa a superação das desigualdades frente às condições da dinâmica climática; Transformação Ecológica, se referindo a descarbonização da economia com mais inclusão social e; Governança e Educação Ambiental, como orientação para a participação e controle social. Todos estes cinco eixos temáticos deveriam ser a priori abordados no âmbito da conferência municipal, podendo também ser introduzidos novos eixos de discussão mediante as necessidades locais. Em sequência o diretor apresenta o calendário contendo os prazos para execução de cada etapa, a primeira sendo a etapa municipal ou intermunicipal que deveria ocorrer entre 11 de junho a 15 de dezembro de 2024, este sendo o mesmo prazo para as conferências livres, em seguida haveria a etapa estadual e distrital que deveria ocorrer de 15 de janeiro a 15 de março de 2025, sendo a data definida por cada estado dentro deste intervalo, no caso do Ceará esta data ainda não havia sido no momento fixada, e por fim a etapa nacional ou Conferência Nacional, teria como período de realização de (06) seis de a (09) nove de maio de 2025. O diretor ressalta que ainda restariam cerca de 3 meses para que o município realizasse a sua conferência dentro do prazo especificado, entretanto a data para ocorrência da conferência municipal de Meio Ambiente de Maranguape ainda não havia sido definida e o diretor menciona que o período ao final de outubro e início de novembro seria o ideal para execução do evento. Em continuidade, é apresentada a metodologia de realização da conferência que teria início nas conferências municipais e intermunicipais, no qual seriam geradas 10 propostas elaboradas a partir das discussões dos eixos temáticos em conjunto com a escolha de delegados municipais que viriam a participar da conferência estadual, levando também as propostas fruto das conferências municipais. Em sequência no âmbito da conferência estadual seriam escolhidas 20 propostas mais um conjunto de delegados estaduais que viriam a compor a conferência nacional do meio ambiente em Brasília, junto com a delegação e propostas dos demais estados da federação. A etapa nacional teria como objetivo aprovar as propriedades para o meio ambiente bem como a carta de compromisso para o cumprimento das ações propostas. Dessa forma a conferência municipal de meio ambiente teria como propósito: Incentivar a ampla participação da população na construção de propostas para o enfrentamento da emergência climática, em seus cinco eixos temáticos; Criar e enviar 10 propostas (2 por eixo temático) sobre os eixos temáticos para a Conferência Estadual do Meio Ambiente; e Eleger dentre

participantes a delegação que representará o município na etapa estadual da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, observando os critérios de gênero e etnia. A conselheira Mara destaca que as oficinas teriam nível elevado de viabilidade para a elaboração das propostas de modo efetivo, o que também é reiterado positivamente pelo diretor Italo. Acerca da convocação da conferência, o diretor apresenta que a etapa municipal da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente é convocada, até 30 dias antes de sua realização, pelo Poder Executivo Municipal, especialmente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou o órgão da Prefeitura Municipal responsável pela política municipal de meio ambiente e mudança do clima. No caso de Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente, a convocação é feita pelo conjunto dos poderes executivos municipais. Caso o Poder Executivo Municipal não convoque a Conferência Municipal ou Intermunicipal até o dia 14 de novembro de 2024, três ou mais entidades da sociedade civil em conjunto poderão fazê-lo entre 15 e 30 de novembro de 2024. O diretor ressalta que o COMDEMA teria, dentro de suas atribuições, a possibilidade de apontar recomendações que serviriam para formalizar a participação do município, e que isso constituía como uma das expectativas a serem cumpridas da reunião. Com relação à participação, é descrito que a Conferência Municipal ou Intermunicipal do Meio Ambiente é aberta a toda população do município com 16 anos de idade ou mais, sobretudo aqueles que vivem em territórios e condições vulnerabilizados e por consequência seriam mais afetados pelas mudanças climáticas e pelas condições ambientais adversas. O diretor menciona que pretende compartilhar o material da apresentação com os demais conselheiros, que também teria o link de acesso para a página online da conferência nacional de meio ambiente, contendo toda a documentação e informações acerca do evento, que serviria de subsídio para a elaboração do regulamento e criação da minuta de regulamento que seria confeccionado pela Prefeitura e submetido para análise do COMDEMA. A partir disso poderia ser lançado o edital de convocação que deveria ser articulado para ter adesão comunitária necessária. A programação detalhada da Conferência Municipal ou Intermunicipal do Meio Ambiente descreve as atividades para alcançar os objetivos do evento, que são: Incentivar a ampla participação da população na construção de propostas para o enfrentamento da emergência climática, em seus cinco eixos temáticos; mitigação, adaptação e preparação para desastres, justiça climática, transformação ecológica e governança e educação ambiental; Criar e enviar até 10 propostas sobre os 5 eixos temáticos (2 propostas por eixo temático) para a Conferência Estadual do Meio Ambiente; Eleger, dentre as pessoas participantes, a delegação que representará o município na Conferência Estadual do Meio Ambiente. Com essas etapas definidas haveria o preenchimento do cadastro que deveria contar com as seguintes informações: Formato do evento: Presencial, Virtual ou Híbrido (presencial e virtual); Data do evento: (dia, mês, ano); Local do evento, contando com o endereço, município, UF do evento presencial; e envio da programação resumida. A convocação deve ocorrer pelo menos até 30 dias antes da data do evento, com ampla divulgação junto a população do município. Informando a Comissão Organizadora Nacional da 5ª CNMA, enviando a publicação do ato de convocação, pela Plataforma Brasil Participativo. A conselheira Shirley sugere que a conferência ocorresse durante a data de 11 a 16 de novembro, que seria na semana de aniversário do município, sendo importante na visão da conselheira o destaque às queimadas e os prejuízos na qualidade do ar causados. A conselheira Shirley propõe que a data de escolha seja no dia 13 de novembro, em um dia de quarta-feira, devido a questões logísticas. A conselheira Mara concorda com a data proposta e ressalta a importância de se mencionar as brigadas no âmbito da conferência, frisando os benefícios das brigadas para a proteção do meio ambiente e diversidade natural, e que para que houvesse a viabilidade para a criação das brigadas seria necessário o investimento no âmbito federal, voltado para a obtenção dos recursos necessários para criação e manutenção desse grupo. Acerca do tema de queimadas e incêndios a conselheira Shirley questiona acerca do sistema de hidrantes, que se mostra ausente no município e também questiona sobre quem seria responsável por estes equipamentos. O diretor Italo, menciona que os grandes empreendimentos com potencial de geração de incêndio teriam, obrigatoriamente por lei, que prevê um sistema hidráulico que tenha mecanismos de combate ao fogo, como o hidrante. Em sequência o diretor Italo inicia a votação acerca do envio da recomendação da data de 13 de novembro para a realização da Conferência Municipal, o que é de pronto aceito por todos os conselheiros, ele ainda explica que esta recomendação de data seria enviada ao poder público em conjunto com a solicitação para a convocação da conferência. A conselheira Shirley sugere que os integrantes do conselho auxiliem na divulgação da conferência a partir da produção de vídeos informativos acerca da conferência e seu funcionamento. O presidente Marcos, menciona a necessidade de se buscar meios de proteção da Serra do Lagedo. O diretor contextualiza que a área, em questão vinha sofrendo com uso e ocupação inadequada do solo e o que vinha ocasionando problemas. Feitas as ponderações, a apresentação foi finalizada, sem mais para o momento, eu, Ítalo Renan Ferreira Girão, que secretariei esta reunião, dou por encerrada a presente ata, que será assinada por todos os presentes. //



M. R. C. da Silva

AB

Leandro Maria B. da Silva

Aquécio de Oliveira da Costa

Antônia Beatriz Ferreira Andrade

Shirley Oliveira Ferreira

João Luiz Ferreira de Menezes

Italo Renan Ferreira Girão

José Carlos Castro da Silva

1. Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB

2. Robson da Silva Siqueira/IFCE Maranguape

3. Lucia Mara Bezerra da Silva (Mara)/SEMA

4. Aquécio de Oliveira da Costa/SEINFRA

5. Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM

6. Shirley Oliveira Ferreira/AVATAH

7. José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU

8. Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente Meio Ambiente-SEMURB

9. José Carlos Castro da Silva/ Analista-SEMURB